



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

## SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Recurso de Agravo no Apelação Cível nº 276437-6****Agravante:** Município do Cabo de Santo Agostinho**Advogado:** Renata Muniz Evangelista**Agravado:** Consultório de Diagnóstico por Imagem do Cabo Ltda.**Advogado:** Ricardo Augusto Pontes

**EMENTA:** DIREITO TRIBUTÁRIO. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. EMISSÃO DE TALONÁRIOS FISCAIS. UTILIZAÇÃO DE MEIOS INDIRETOS PARA COBRAR TRIBUTO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DAS SÚMULAS 70, 323 E 547, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. As Fazendas Públicas não podem se valer de meios indiretos, como apreensão de mercadorias ou negativa de emissão de notas fiscais, para compelir os contribuintes a adimplirem as suas obrigações fiscais, sejam principais ou acessórias. Neste sentido, as súmulas 70, 323 e 547 do STF.

2. Desse modo, revela-se ilegal e abusivo condicionar a autorização para a impressão de Talonário de Notas Fiscais e fornecimento de certidão negativa à prévia regularidade de débitos pendentes com a Fazenda Estadual, pois a referida conduta consiste em constranger, por via oblíqua, o contribuinte a pagar tributos, mormente quando aquela dispõe de meios legais para cobrança de seus direitos creditórios (Lei 6.830/80) e, ao mesmo tempo, atenta contra a liberdade de iniciativa, porquanto priva o comerciante do exercício de comércio.

3. No que tange à alegação de que a recusa da impressão de notas fiscais decorreu do fato do pedido ter sido realizado por sócio sem poderes e atribuições de administrador, não assiste razão à Edilidade, porquanto não restou acostado aos autos nenhum documento apto a comprovar tal irregularidade (cópia do requerimento), não devendo ser considerada no caso em exame.

4. Recurso de Agravo Improvido. Decisão Unânime.

129  
8



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 276437-6, em sessão realizada no dia 25 de 04 de 2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento de forma unânime, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 25 de 04 de 2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

### **Recurso de Agravo no Apelação Cível nº 276437-6**

**Agravante:** Município do Cabo de Santo Agostinho

**Advogado:** Renata Muniz Evangelista

**Agravado:** Consultório de Diagnóstico por Imagem do Cabo Ltda.

**Advogado:** Ricardo Augusto Pontes

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto em face de decisão terminativa que negou seguimento à presente Apelação Cível, com espeque no art. 557, *caput* do CPC, mantendo incólume a sentença que concedeu a segurança postulada para autorizar a impressão dos documentos fiscais (AIDF) necessários ao funcionamento da empresa impetrante, ora agravada.

Em suas razões recursais, de fls. 140/152, a municipalidade agravante reitera a alegação de que a negativa do requerimento administrativo se deu não em razão da existência de débitos tributários, mas pelo fato do pedido ter sido assinado por pessoa sem poderes para tanto.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Egrégia 2ª Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 25 de 04 de 2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

#### **Recurso de Agravo no Apelação Cível nº 276437-6**

**Agravante:** Município do Cabo de Santo Agostinho

**Advogado:** Renata Muniz Evangelista

**Agravado:** Consultório de Diagnóstico por Imagem do Cabo Ltda.

**Advogado:** Ricardo Augusto Pontes

#### **VOTO**

Os argumentos levantados pelo recorrente não convencem sobre o alegado desacerto da decisão recorrida, razão pela qual entendo que a mesma deve ser mantida em todos os seus termos, senão vejamos.

Como já registrado anteriormente, é assente na jurisprudência pátria o entendimento de que as Fazendas Públicas não podem se valer de meios indiretos, como apreensão de mercadorias ou negativa de emissão de notas fiscais, para compelir os contribuintes a adimplirem as suas obrigações fiscais, sejam principais ou acessórias.

A vedação à cobrança de tributos por vias indiretas é inclusive objeto das Súmulas 70, 323 e 547, do Egrégio Supremo Tribunal Federal, que preceituam, respectivamente, o seguinte:

SÚMULA 70: É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.

SÚMULA 323: É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

SÚMULA 547: Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.

Por sua vez, o colendo Superior Tribunal de Justiça já consignou que, "conforme orientação assentada na jurisprudência do STF (súmulas 70, 323 e 547) e do STJ, é ilegítima a criação de empecilhos ou sanções de natureza administrativa como meio coercitivo para pagamento de tributos, em substituição das vias próprias, nomeadamente as da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal)" (STJ - ROMS 16961, Primeira Turma, Relator: Teori Albino Zavascki - DJ: 23/05/2005).



132  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Desse modo, revela-se ilegal e abusivo condicionar a autorização para a impressão de Talonário de Notas Fiscais e fornecimento de certidão negativa à prévia regularidade de débitos pendentes com a Fazenda Estadual, pois a referida conduta consiste em constranger, por via oblíqua, o contribuinte a pagar tributos, mormente quando aquela dispõe de meios legais para cobrança de seus direitos creditórios (Lei 6.830/80) e, ao mesmo tempo, atenta contra a liberdade de iniciativa, porquanto priva o comerciante do exercício de comércio.

Copiosa jurisprudência desta Egrégia Corte perfilha o entendimento aqui anunciado, consoante ilustram os seguintes arestos:

**Ementa TRIBUTÁRIO. UTILIZAÇÃO DE MEIOS INDIRETOS PARA COBRAR TRIBUTO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME. MANTIDA A TERMINATIVA RECORRIDA. 1. A Fazenda Pública não deve impedir a impressão de talonários fiscais em virtude do inadimplemento de tributos porventura devidos. Precedentes. 2. Recurso de agravo a que se nega provimento de forma unânime. Mantida a decisão recorrida. Decisão Por unanimidade, a Turma negou provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do Des. Relator. (Agravo nº 171518-4/01, Relator Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, Data de Julgamento 12/5/2009).**

**Ementa: TRIBUTÁRIO E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. SUPOSTO ATO ILEGAL DO FISCO MUNICIPAL. NEGATIVA DE EMISSÃO DE TALONÁRIOS DE NOTAS FISCAIS. CONDICIONADO À REGULARIZAÇÃO DE DÉBITO DE ISS. ATO ILEGAL. VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. PROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA NA ÍNTEGRA. POR UNANIMIDADE. 1. Versa a causa sobre a suposta ilegalidade de ato administrativo do Fisco Municipal em negar a emissão de talonários de notas fiscais em razão da existência de débitos de ISS relacionados à apelante. 2. Alega a apelante que o débito relacionado à negativa da emissão dos talonários de notas fiscais está sendo discutido em sede do Mandado de Segurança nº 001.2002.019169-4, na 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, não se admitindo esta atitude da autoridade fazendária por violar preceitos constitucionais, mais precisamente os dispostos no artigo 170, CF. 3. A suposta autoridade coatora, em suas informações (fls. 52/55), defendeu a legalidade do ato de negativa de emissão dos talonários de notas fiscais.**



133  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

afirmando que se trata de prerrogativa da Administração proceder com exigências para a regularidade dos contribuintes inadimplentes. 4. Da análise de tudo o que consta nos autos, vislumbra-se o direito líquido e certo da apelante, sobretudo porque, a despeito dos documentos acostados não demonstrar a efetiva negativa do Fisco Municipal, a suposta autoridade coatora, ao defender a legalidade do ato impugnado, confirmou a negativa da solicitação de emissão dos talonários de notas fiscais, condicionando tal medida à regularização de débitos existentes relacionados à apelante. 5. A despeito da confirmação de existência de débitos relacionados à apelante, não parece razoável a medida em condicionar a emissão de talonários de notas fiscais à regularização dos referidos débitos, sobretudo porque o Fisco possui meio próprio de cobrança, não se admitindo, dessa forma, que sua atividade fiscalizatória ultrapasse os limites traçados pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional pertinente, utilizando-se de meio coercitivo e indireto de cobrança. 6. Tal medida vai de encontro aos princípios do livre exercício da atividade econômica, da liberdade de trabalho e do devido processo legal, donde sobressai a ampla defesa e o contraditório, não podendo servir como justificativa de que se trata de prerrogativa da administração a exigência de certas condições para atender as pretensões dos contribuintes que se encontrem na situação de inadimplentes. 7. Portanto, o ato de negativa da emissão dos talonários de notas fiscais conforme pretendido pela apelante, encontra-se eivado de ilegalidade, por ser arbitrário, consubstanciando abuso de poder. 8. Sendo assim, deve o Fisco Municipal proceder com a emissão dos talonários de notas fiscais de acordo com a solicitação da apelante, sobretudo porque o débito no qual a autoridade fazendária condiciona o atendimento do AIDF (Autorização para Impressão de Documentos Fiscais) está sendo discutido judicialmente conforme acima mencionado. 9. Nesse mesmo sentido tem se posicionado o Superior Tribunal de Justiça (REsp 783766; REsp 798842 e REsp 736912), assim como esta Corte de Justiça (Agravado Regimental 105548-7/01; Agravado de Instrumento 101537-8 e Apelação Cível 27684-0). 10. PROVIMENTO do recurso de apelação. REFORMA INTEGRAL DA SENTENÇA, concedendo a segurança pleiteada no sentido de determinar ao Fisco Municipal a emissão dos talonários de notas fiscais, de acordo com a solicitação da apelante expendida na AIDF de fls. 46. Por unanimidade. (Apelação Cível nº 117627-4, Relator Luiz Carlos Figueiredo, 7ª Câmara Cível, Data de Julgamento 30/9/2008).



134  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Por derradeiro, no que tange à alegação de que a recusa da impressão de notas fiscais decorreu do fato do pedido ter sido realizado por sócio sem poderes e atribuições de administrador, não assiste razão à Edilidade, porquanto não restou acostado aos autos nenhum documento apto a comprovar tal irregularidade (cópia do requerimento), não devendo ser considerada no caso em exame.

Diante de todo o exposto, considerando que a decisão vergastada está em consonância com a jurisprudência dominante do STJ e desta Corte de Justiça, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente Recurso de Agravo.

É como voto.

Recife, 22 de 04 de 2013

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**